

Crescimento médio anual da população do Nordeste Períodos de 1920 a 1950 e de 1950 a 1960 *

ARIADNE SOARES SOUTO MAYOR

SOLANGE TIETZMANN SILVA

ELIZABETH FORTUNATA GENTILE

(Geógrafos do CNG).

O estudo do crescimento médio anual da população brasileira foi elaborado para dar idéia da quantidade e do dinamismo desta população, já que, em nosso país, as deficiências relativas aos dados de natalidade e de mortalidade não permitem o cálculo perfeito do "balanço migratório" (diferença entre o crescimento real e o crescimento vegetativo) que conduzirá à avaliação dos movimentos internos.

A expansão demográfica nacional é bastante expressiva, baseiando-se especialmente no crescimento natural ou vegetativo; a imigração teve papel secundário. Este aumento populacional, no entanto, não se processou no mesmo ritmo nas diferentes áreas fisiográficas do território nacional.

No Nordeste, terceira região do país quanto à população (22,09% do total do Brasil, segundo dados preliminares do censo de 1960), o crescimento não foi tão rápido quanto o do Sul ou do Centro-Oeste, em virtude da elevada contribuição à emigração interna, da mínima ou quase nula participação na imigração do exterior e do maior índice de mortalidade.

Ao lado destes fatores pouco propícios, o Nordeste apresenta uma das maiores taxas de natalidade do país, o que contribui para manter sua população em aumento (2,3% de crescimento médio anual entre 1920/1960 segundo cálculos efetuados pelo Laboratório de Estatística do IBGE. Por tal motivo, poder-se-á asseverar que a população nordestina não diminuiu, verificou-se apenas decréscimo quanto à sua percentagem no total do Brasil:

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE					PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL				
	Em 1890	Em 1920	Em 1940	Em 1950	Em 1960 (1)	1890	1920	1940	1950	1960
Norte.....	476 370	1 439 052	1 462 420	1 844 397	2 601 519	3,32	4,70	3,55	3,55	3,67
Nordeste.....	3 771 319	7 434 392	9 973 642	12 494 477	15 677 995	26,31	24,27	24,19	24,05	22,09
Leste.....	6 950 359	12 874 275	15 625 953	18 893 007	24 832 611	48,49	42,01	37,89	36,38	34,99
Sul.....	2 815 468	8 129 355	12 915 621	16 975 293	21 848 194	19,64	26,54	31,32	32,68	35,01
Centro-Oeste.....	320 399	758 531	1 258 679	1 736 965	3 006 866	2,24	2,48	3,05	3,34	4,24

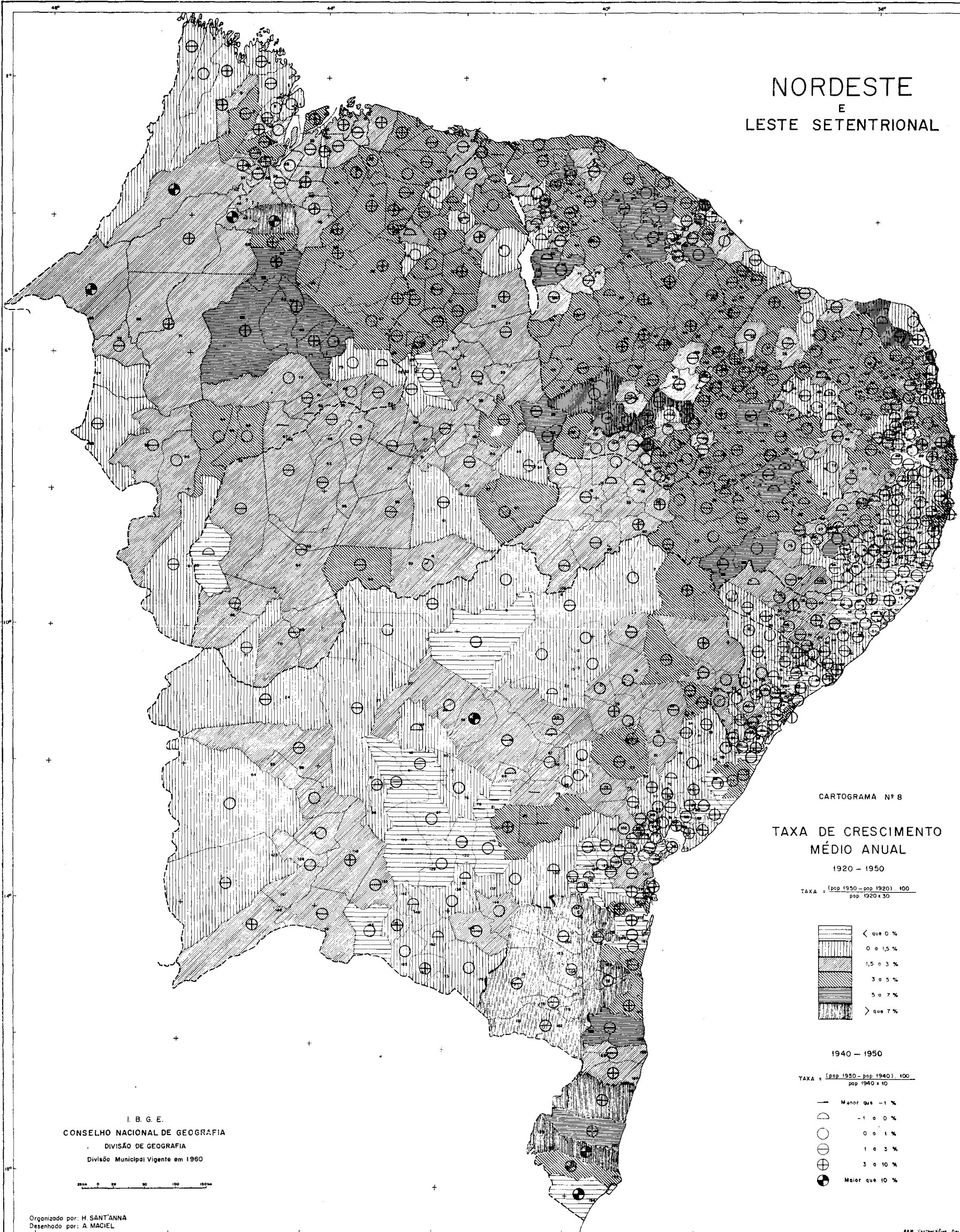
FONTE: População — SNR — Sinóse Preliminar do VII Censo Demográfico — BRASIL — 1962.

(1) Resultados Preliminares.

* O presente trabalho faz parte dos estudos sobre o Potencial Humano do Nordeste, realizados em 1961 por uma equipe da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia sob orientação do professor MICHEL ROCHIFFORT e coordenação da geógrafa RUTH LOPES DA CRUZ MAGNANINI.

N.R. — O mapa que ilustra o presente trabalho foi organizado por ELIZABETH F. GENTILE e SOLANGE T. SILVA e não como aparece no mesmo.

NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL

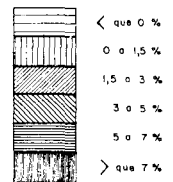


CARTOGRAMA Nº 8

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL

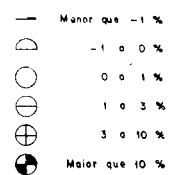
1920 - 1950

$$TAXA = \frac{(\text{pop } 1950 - \text{pop } 1920) \cdot 100}{\text{pop } 1920 \cdot 30}$$



1940 - 1950

$$TAXA = \frac{(\text{pop } 1950 - \text{pop } 1940) \cdot 100}{\text{pop } 1940 \cdot 10}$$



I. B. G. E.
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
Divisão Municipal Vigente em 1960



Como aconteceu em relação às regiões fisiográficas, a população não evoluiu uniformemente nos diversos estados, zonas fisiográficas ou municípios componentes da Região Nordeste, fato explicado naturalmente por diversas causas, tais como, entre outras, a presença de trechos estacionários de ocupação antiga, o aparecimento de zonas pioneiras ou de áreas onde desponta a industrialização, a construção de rodovias de grande importância para o escoamento da produção de zonas até então isoladas ou de difícil acesso.

Para averiguar as características geográficas da expansão da população nordestina elaborou-se um cartograma no qual as taxas de crescimento médio anual de dois períodos — 1920 a 1950 e 1950 a 1960 — foram representadas, respectivamente, em côres e por símbolos.

Examinando-se o cartograma, conclui-se, à primeira vista, que a Região Nordeste apresentou aumento populacional no decorrer dos 40 anos considerados, pois as taxas negativas, são mínimas no conjunto da região e, além disto, raramente se repetem nos dois períodos. A observação superficial do mapa leva, ainda, a outras deduções: as taxas de crescimento predominante oscilam entre 0 e 3%, havendo, portanto, equilíbrio entre este crescimento anual e o índice de crescimento vegetativo estimado do Nordeste (2%); entre as taxas superiores a 3% prevalecem as que variam deste número a 5%; no que tange aos índices negativos, é mais constante o de menos de 1% a 0%; o estado que apresentou crescimento mais homogêneo foi o Ceará; as áreas de maior aumento populacional são esparsas dentro das várias unidades federadas, não abrangendo zonas e sim municípios isolados, onde o crescimento natural nordestino é ultrapassado largamente pelas contribuições exteriores.

A compreensão destes fatos e dos demais assinalados no mapa requer estudo minucioso, porém, como em outros temas ligados à população, a carência ou a escassez de certos dados tais como os relativos ao controle da natalidade e da mortalidade, assim como do número e da verdadeira procedência dos componentes das migrações internas, não permite comentário pormenorizado mas, apenas, a enumeração dos fatos, acompanhada das causas provavelmente responsáveis por sua elucidação. Deve-se ressaltar também que, muitas vezes, os índices assinalados não representam a realidade. Acham-se nesta situação alguns municípios com taxas negativas pois, em geral, foram aqueles que sofreram desmembramentos de distritos para formar outros municípios e, logicamente, tiveram sua população reduzida. Errar-se-ia, no entanto, estendendo esta explicação a todos os municípios retalhados, porque nos casos dos formados por áreas não correspondentes exatamente a um distrito, houve o problema de saber qual o número de habitantes que passaram a ter e a Secção de Cálculos do Conselho Nacional de Geografia, para tornar possível a elaboração do cartograma, resolveu a questão pelo agrupamento de formadores e de novos municípios atribuindo-lhes a mesma população e, conseqüentemente, idêntica taxa de crescimento médio anual.

As primeiras considerações a serem feitas ao se tentar explicar o mapa em foco, dizem respeito às capitais estaduais. Os municípios de que elas são sedes e nos quais a população mais expressiva é a urbana, apresentaram em ambos os períodos, crescimento superior a 3%, excetuando-se somente Salvador e Maceió que entre 1920 e 1950 tiveram menor aumento. Tal desenvolvimento demográfico baseou-se sobretudo nas migrações internas, dedução fácil porque, enquanto a mortalidade nestes núcleos é semelhante a do interior, a natalidade é menor, o que, obviamente, teria como resultado um crescimento inferior, caso estas cidades não fôssem, como são, por seu maior desenvolvimento comercial, industrial e cultural, centros de atração para as populações rurais em busca de melhores condições de vida. Assim sendo, o aumento imigratório é, via de regra, superior ao natural, bastando citar-se, como exemplo, as cidades de Recife e de Fortaleza que, no decênio de 1940 a 1950, tiveram respectivamente

24,14% e 36,76% de aumento natural para 75,86% e 63,24% de aumento imigratório¹.

O município de Salvador foi, entre os das sedes administrativas nordestinas, o de menor taxa de crescimento (1,45%) no decorrer do período de 1920 a 1950. Como nestes municípios das capitais estaduais é a população urbana que sobressai e como a cidade não deixou de evoluir, tendo somente um crescimento médio anual inferior ao das demais, a explicação talvez esteja relacionada à alta taxa de mortalidade, especialmente infantil, e ao fato de a vida média em Salvador (35 anos) ser das mais baixas entre as capitais brasileiras². O índice de 1950/1960 parece confirmar isto, pois com a melhoria das condições sanitárias nos últimos anos dando ao homem meios para prolongar sua existência (o que é particularmente sensível em município como Salvador), a "esperança de vida" ter-se-ia modificado, alterando favoravelmente a taxa de crescimento.

Não obstante serem assaz variáveis as taxas de crescimento segundo as zonas, percebe-se, a *grosso modo*, que em torno dos municípios das sedes estaduais e nas áreas próximas os índices médios anuais de 1920 a 1950 diminuíram, enquanto entre 1950/1960 se conservaram ou aumentaram. De modo geral, a explicação mais plausível é a seguinte: no primeiro período predominou a atração exercida pelas capitais sobre as populações dos municípios vizinhos, que chegaram até a ter taxas negativas; no segundo, enquanto esta atração prevaleceu em alguns municípios que continuaram, assim, com crescimento pequeno, em outros, ela se manifestou de maneira diferente, isto é, com o desenvolvimento cada vez maior das capitais, as áreas vizinhas, embora vivendo em função delas, passaram a fazê-lo em caráter diverso, como abastecedoras, como "cidades satélites", já fixando mais as suas populações e crescendo de modo análogo ao daqueles centros urbanos mais importantes. Em suma, entre 1950 e 1960 manifestaram-se os dois aspectos resultantes da proximidade das cidades maiores: o negativo, representado pelos municípios que evoluem lentamente, prejudicados pela vizinhança daqueles centros principais que de certo modo, entravam o seu desenvolvimento material e cultural e o positivo, exemplificado pelas áreas cujo crescimento acompanha o da grande cidade.

Procurou-se esclarecer a situação dos trechos atinentes aos municípios das sedes estaduais e adjacências onde, de 1920 a 1950, diminuiu o ritmo de crescimento. Examinar-se-á, agora, a área vizinha, área que representa, praticamente, uma transição entre as primeiras, detentoras de decréscimos, e o interior, geralmente caracterizado por crescimentos superiores à taxa natural do Nordeste (2%). Trata-se de uma faixa que, embora não sendo perfeita em virtude da falta de absoluta continuidade, chama bastante atenção no mapa, por estar quase toda colorida em azul (crescimento entre 0 e 1,5%). Estende-se da Paraíba à Bahia abrangendo, ordinariamente, municípios das zonas do litoral e mata, mas ocupando, ainda, o brejo e parte do agreste paraibano, o interior sergipano e o recôncavo baiano, este último com os trechos do sul e sudoeste que lhe são vizinhos e têm características semelhantes.

O fraco crescimento observado (0 a 1,5%) é atribuído à circunstância de se tratarem de áreas de emigração. Atentando-se para a importância agro-industrial de tais zonas esta ponderação afigura-se estranha, porém encontrar-se-ão razões suficientes para justificá-la, ao se examinarem as causas principais, a saber: a) antiguidade do povoamento e da ocupação agrícola; b) sistemas de agricultura primitivos; c) extrema subdivisão da propriedade; d) alto preço do arrendamento das terras; e) salários baixos; f) desemprego. Ao alto destes fatores figura sempre, com realce, a sedução exercida pelos

¹ Os dados estatísticos foram extraídos da tabela XLVI que figura na página 77 do livro *A população brasileira*, de ALCEU VICENTE W. DE CARVALHO.

² SIMAS FILHO, AMÉRICO — *in Bahia*, Guia da excursão n.º 6, do XVIII Congresso Internacional de Geografia, por ALFREDO JOSÉ PORTO DOMINGUES e ELZA COELHO DE SOUZA KELLER, p. 204.

agenciadores e, especialmente, o baixo índice de fixação do homem à terra, índice designado por SOUZA BARROS³ como “mania ambulatória” e assim explicado por êle: “as condições em que vivem os simples trabalhadores rurais são de tal ordem e lhes infundem um desapêgo tão grande à terra, pela falta de bens que os fixe nela, que êles têm como coisa desagradável permanecer por muito tempo numa fazenda ou engenho”.

Destas áreas geralmente, saem os maiores contingentes de emigrantes para a parte meridional do país porque, embora lutando com tantos fatores adversos, é nelas que o homem do campo adquire os parcos proventos que lhe possibilitam alcançar nôvo destino. Entretanto, não são apenas êstes elementos mais desfavorecidos que emigram; fazem-no, igualmente, outros que, embora possuindo recursos mais apreciáveis, encontram nas condições locais, entrave à realização de seus projetos almejando terras onde desfrutem melhores condições de vida. Contam-se, por fim, entre os que daí saem, os chamados “corumbás” isto é, “trabalhadores que se deslocam para a zona da mata na época das moagens das usinas e que voltam aos seus pagos depois da safra, para empregar o dinheiro ganho nas sitiolas deixadas no agreste ou mesmo no sertão”⁴. Muitos dêles, desiludidos com suas terras, e não tendo meios de estabelecer-se na zona da mata, onde há sômente trabalhos provisórios, deixam-se tentar pela sugestão dos agenciadores e partem para o sul.

Enfim, não obstante, a importância agro-industrial destas áreas, a anti-güidade do povoamento, a densidade relativamente elevada de população e outros fatores acarretam problemas ligados à exploração e à forma de ocupação da terra, problemas que as tornam, indiscutivelmente, zonas de emigração.

As duas faixas estudadas constituem, praticamente, o “mundo urbano” nordestino, já que, fora delas, sômente aparecem, isoladas, algumas concentrações de cidades, em geral pequenas, reflexo da maior importância agrícola das zonas em que se encontram.

Fora destas áreas, a paisagem diferente, a grande supremacia da população do campo sôbre a cidadina, impondo seus costumes, atividades e hábitos, indicam a presença de outro quadro geográfico, social e econômico, o chamado “mundo rural”.

Com referência à evolução demográfica, a zona rural do Nordeste caracterizou-se pelas taxas de crescimento médio anual iguais ou próximas ao do crescimento vegetativo nordestino. Duas taxas imperam na região rural: a de 1,5 a 3%, e a imediatamente superior, 3 a 5%, revelando bom aumento. Alguns estados como o Rio Grande do Norte e, particularmente, o Ceará, chamam a atenção pela predominância, na zona rural, dos índices de 3 a 5% nos dois períodos, demonstrando crescimento bastante uniforme e expressivo. Atribuir-se-á, certamente, tal fato às elevadas taxas de natalidade destas unidades da Federação, aliadas à circunstância de, nelas, a “esperança de vida” ser pouco inferior às melhores do país, isto é, as dos estados meridionais (Rio Grande do Sul, 53 anos; Santa Catarina, 49,4 anos; São Paulo, 49,3 anos). O Ceará que juntamente com o Piauí assinalou, entre 1940 e 1950, a maior taxa de natalidade do Brasil (48 por 1 000 habitantes), apresenta duração média de vida de 45 anos (terceira do país), superior, ainda, a do Paraná (43 anos)⁵.

O prevaecimento das referidas taxas no meio rural nordestino não tem caráter de regra geral; basta olhar de relance o cartograma para perceber a existência de índices superiores (mais de 5%), de taxas inferiores ao crescimento vegetativo (classe de 0% a 1,5%) e, mesmo, de índices negativos. A

³ SOUZA BARROS — *Êxodo e fixação* — Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1953.

⁴ SOUZA BARROS — Obra citada.

⁵ Dados numéricos publicados na coletânea dos “Estudos Demográficos do Laboratório de Estatística” e transcritos por ALCEU VICENTE W. DE CARVALHO in *A população brasileira*, p. 29.

Bahia é o estado de maior diversificação quanto ao crescimento médio anual, notando-se, por exemplo, número mais elevado de municípios com aumento abaixo do vegetativo.

As razões das diferenças observadas são numerosas e algumas de âmbito tão restrito que só mesmo o conhecimento perfeito e minucioso das condições locais permitiria atendê-las. O tamanho da região em estudo, o número considerável de municípios, as dificuldades concernentes à bibliografia para um período tão extenso (1920 a 1960), a falta de dados precisos sobre natalidade e mortalidade, enfim, o pouco conhecimento geográfico que ainda se tem do nosso país, constituem obstáculos para a identificação das causas responsáveis pelas diferenças encontradas em relação à evolução da população do Nordeste.

Explicar-se-á, na medida do possível, a presença, dentro deste "mundo rural", das áreas de aumento significativo, de crescimento inferior ao vegetativo e de taxas negativas.

De índices negativos que aparecem na região rural são poucos e, na maioria das vezes, referentes a municípios isolados e a um só período. O único grupo de municípios incluídos nesta categoria pertence à zona da Chapada Diamantina, na Bahia. Trata-se de região de população bastante rarefeita na qual o povoamento se realizou graças à mineração. Passado o entusiasmo inicial, os movimentos de população para a Chapada esmoreceram mas a evolução da região continuou, baseada, ainda, na procura de ouro, diamantes, carbonados e cristal de rocha. Com o correr dos anos, a mineração entrou em decadência ou passou a ser realizada com auxílio de máquinas, dispensando mão-de-obra numerosa. Diante disto e das condições da região pouco favoráveis à agricultura, é natural que tenha havido êxodo de população no primeiro período considerado e mesmo no decênio final (Lençóis e Palmeiras). Todavia, com exceção desses dois municípios, os demais voltaram a crescer nos últimos anos, acompanhando o impulso observado na quase totalidade do estado.

Além desta área, as taxas negativas que entre 1920 e 1950 oscilaram de menos 1% a 0% encontram-se, somente, em alguns municípios isolados: Palmas do Monte Alto e Macajuba, na Bahia; Regeneração e Santa Filomena, no Piauí. Na década de 1950 a 1960, todos têm valores positivos, o que leva a pensar em fatores muito locais influenciando nessa evolução de ritmos diferentes.

Reportando-se, ainda, aos índices negativos entre 1920 e 1950, resta aludir aos maíores acentuados, ou seja, aos superiores a menos 1%. Nesta categoria enquadram-se exclusivamente dois municípios da vasta área rural nordestina, ambos do estado da Bahia: Sento Sé e Mucuri.

A única explicação para o decréscimo na população de Sento Sé (1920 — 21 244 habitantes; 1950 — 14 750 habitantes), caso não tenha havido engano no recenseamento de 1920, é a emigração provocada pelas deficiências do município, deficiências comentadas por JORGE ZARUR, baseado em dados de 1940, e assim sintetizadas: as fontes principais de renda municipal são as várias espécies de impostos, porém a delinqüência fiscal é alta. O acesso difícil em virtude da insuficiência de transporte e a falta de conhecimento sobre a área e o valor das propriedades facilitam a evasão das rendas. Assim, nos municípios de pouca renda, aplica-se boa parte da receita na arrecadação e na fiscalização do impôsto. A situação provável de muitos municípios da região é ilustrada pelo de Sento Sé que após pagar à União e ao estado fica com 33 contos para atender a 12 455 habitantes (1940) no terreno da educação, saúde, transporte e melhoria econômica⁶. Outros municípios do vale do São Francisco também tinham, na mesma época, rendas baixas, todavia, Sento Sé era o menos favorecido.

⁶ ZARUR, JORGE — *A bacia do médio São Francisco* — IBGE — CNG — Rio de Janeiro, 1946 — p. 146.

Diante de tal situação, é admissível a possibilidade de êxodo para outras áreas que oferecessem maiores recursos econômicos e culturais.

Entre 1940 e 1950 já houve aumento e, no período de 1950 a 1960, verificou-se crescimento médio anual um pouco superior ao normal do Nordeste (2,50%). A maior atenção dispensada ao vale do São Francisco nos últimos anos, a construção de rodovia (1954) e, especialmente, a exploração de cristal de rocha e de ametista deram novo alento ao município. O cristal e a ametista são enviados para o Rio de Janeiro.

Não obstante tais explicações, os dados mais parelhos e lógicos dos três últimos recenseamentos se contrapõem de tal modo aos de 1920, sem uma explicação plausível para o elevado número de habitantes contado naquele ano, que parece realmente variável a suposição da existência de falhas nos dados do primeiro censo aqui considerado.

Outro município no qual ocorreu taxa negativa entre 1920/1950 foi Mucuri (de 16 144 para 10 318 habitantes), situado no extremo sul da Bahia.

Em tempos remotos estabeleceu-se em terras do atual município de Mucuri, uma colônia constituída por alemães e suíços, a colônia Leopoldina, onde plantaram café (1720/1730). A colônia fracassou mas o povoamento prosseguiu. O isolamento da região, só em 1890 atingida pela Estrada de Ferro Bahia-Minas, e a proximidade da importante zona cacauceira mais ao norte com a qual o município não podia competir (vivia principalmente da exploração de madeiras), devem ser responsáveis pelo decréscimo populacional entre 1920 e 1950. No último decênio, entretanto o crescimento médio anual foi enorme (14,46%), baseando-se, certamente, na expansão da cultura do cacau que, embora pouco sentida na paisagem por se fazer sob a floresta, alcançou Mucuri. O município passou a receber grande número de emigrantes do sertão baiano, em busca de trabalho na nova lavoura, ou mesmo elementos provenientes das áreas cacauceiras mais antigas que impelidos pelos prejuízos resultantes da forte seca ocorrida no período de 1951/1952, procuraram estabelecer-se em outras regiões. Muitos deles voltam aos pagos após a época em que são indispensáveis aos trabalhos da lavoura; outros ficam nos povoados e vilas ou ainda conseguem adquirir pequenas propriedades.

Passando-se ao crescimento médio anual inferior ao vegetativo (0 a 1,5%), deve-se fazer referência, pela extensão que abrangem, a duas áreas: a faixa formada por municípios do vale médio do São Francisco, da zona de Jacobina e do planalto ocidental baiano, e o trecho constituído pelas zonas do litoral norte e o do Gurupi, no Maranhão.

Na Bahia abrange trechos semelhantes, tanto no aspecto físico quanto no condizente à população, esparsa e pouco numerosa, dividida entre a utilização das várzeas para a agricultura de vazante e a criação de gado caprino e bovino. Na zona de Jacobina, soma-se a estas atividades a mineração.

Sabe-se que através do vale do São Francisco se realiza a transição da região Leste para a Nordeste, ocorrendo justamente no trecho baiano da referida bacia, a passagem para o clima semi-árido.

As condições climáticas desfavoráveis que influem sobre a região tornando-a pouco propícia à ocupação e o isolamento no qual ela viveu (só recentemente suaviza-se com a construção de estradas de rodagem) devem explicar as reduzidas taxas de crescimento. Vários destes municípios apresentaram melhores índices no último decênio, resultado, talvez, das obras para recuperação do vale do São Francisco ou da abertura de rodovias. O município de Saúde (Zona de Jacobina) foi o único a assinalar decréscimo entre os recenseamentos de 1950/1960, resultante, com certeza, da paralização dos trabalhos de mineração (manganês, cromo e ouro). Segundo informações da Inspetoria Regional de Estatística, a mina de ouro de Maravilha chegou a congregar centenas de pessoas.

Nota-se que no planalto ocidental, embora seja zona de crescimento anual inferior ao vegetativo, há trechos onde se verifica o crescimento vegetativo típico do Nordeste. Trata-se da região dos "pés de serra" ou das áreas "onde afloram solos mais ricos, calcários, ou resultantes da decomposição do complexo cristalino, graças à erosão fluvial. Por outro lado, a existência do pacote sedimentar nesta parte da bacia favorece a ocupação humana, pois funciona como regularizador, armazenando a água que cai na época das chuvas e restituindo-a posteriormente, por meio de ressurgência. Compensa, assim, a irregularidade das precipitações".⁷ Aproveitando estas áreas, a agricultura surge como a atividade econômica predominante, condensando e desenvolvendo a população.

Estranha-se que Barreiras, principal centro da zona, tendo fábricas entre as quais menciona-se as de beneficiamento de algodão e a de tecidos, apresente crescimento inferior ao vegetativo. Somente um estudo minucioso e o exame de dados de natalidade e mortalidade poderiam explicar o fato.

No Maranhão, a faixa de crescimento inferior ao vegetativo engloba as zonas do Gurupi e do litoral norte. Na primeira, como zona pioneira moderna, império da "grilagem", da mineração e onde existe ainda terras desabitadas, aquele crescimento é natural por ser recente e sua evolução faz-se até rapidamente pois, entre 1950 e 1960, dois dos três municípios que a compõem — Carutapera e Turiaçu — já ostentavam, respectivamente, 2,97 e 3,70%.

No litoral norte a população é relativamente numerosa, dispondo-se em toscas casas de palha, ao longo da costa, e vivendo da pesca.

O litoral recortado favoreceu a pequena navegação, estabelecendo-se o comércio dentro da própria zona, mormente com São Luís, ou fora dela, especialmente com Belém, no Pará. Estas condições locais de vida não fomentam grande aumento populacional, justificando-se as referidas taxas. Todavia, na última década, os municípios de Guimarães e de Cururupu acusaram maior crescimento; o segundo alcançou 3,8%. Nestes municípios, além da agropecuária, existe expressiva exploração vegetal (babaçu); em Cururupu há, também, extração mineral (sal). Em ambos, encontram-se colônias de pesca (Z-9 em Guimarães e Z-10 em Cururupu) e esta atividade cresce de importância, sobretudo em Cururupu que alcançou, em 1953, a posição de primeiro município pesqueiro do Brasil.

Resta, finalmente, fazer-se referência aos mais elevados índices de crescimento dentro da Região Nordeste.

Desprezando-se os casos de municípios isolados ou de trechos pequenos menos expressivos, ressaltar-se-ão as áreas mais significativas, de crescimento superior a 5%, fazendo-o por estado a fim de facilitar a compreensão.

No Maranhão há uma zona bem vasta onde o aumento da população oscila entre 5 e 7%. Trata-se de parte da região dos chapadões, região caracterizada pela população rarefeita e desigualmente repartida: concentração nos "baixões" mais úmidos e nas ribeiras, vazios nos altos.

A região dos chapadões que tem por base econômica a agricultura praticada nas áreas mais úmidas e férteis, e a pecuária realizada nos cerrados, é prejudicada pela inexistência de grandes mercados de consumo, local ou próximo e, principalmente, pela falta de vias de circulação. A importância das estradas de rodagem é tão grande que os trechos onde elas foram abertas passaram a ter maior desenvolvimento. Nota-se perfeitamente isto na zona servida pela rodovia que saindo de Porto Franco, segue por Grajaú, Barra do Corda, Presidente Dutra e, daí, para São Luís ou Caxias, ou no trecho cortado pela estrada que "partindo de Barão de Grajaú, atinge Pastos Bons, Mirador e Passagem Franca, drenando toda a produção dessa área, agricolamente a mais

⁷ IBGE — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. IX — Rio de Janeiro, 1960 — p. 131.

próspera da chapada maranhense, para Floriano, no Piauí, e através desta praça de comércio para o Ceará e Pernambuco”⁵.

Os municípios onde ocorreram melhores taxas de crescimento são exatamente os beneficiados por estas rodovias. Assim, na área de influência da primeira, aparecem Presidente Dutra e Barra do Corda, com índices superiores a 5% no primeiro período, e maiores do que 6% no segundo, bem como Grajaú, apresentando, respectivamente, 2,24% e 6,85%. Barra do Corda que vê sua atividade agrícola crescer dia a dia, destacando-se pela cultura do algodão, foi escolhido pelo INIC para sede da Colônia Agrícola Nacional do Maranhão, instalada em 1943. A cidade é centro comercial de transformação dos produtos agrícolas locais. Na zona atravessada pela outra estrada, ressalta o município de Colinas (5,39% para 7,78%). O algodão e o arroz salientam-se como principais produtos comerciais.

Apesar do incremento resultante das melhores condições de transporte, a região não registrou taxas de crescimento semelhantes em todos os municípios que a compõem, conseqüência de fatores diversos, entre os quais os índices de natalidade e mortalidade estreitamente ligados às condições de saneamento (a região é sujeita ao impaludismo endêmico) e assistência médica, e a emigração para mais novas áreas agrícolas ou para as zonas de garimpos da região tocantina, em Goiás.

Os municípios da região Pindaré-Mearim, liderados por Bacabal (15,98% entre 1920 e 1950; 19,63% entre 1950 e 1960) alcançaram grande incremento demográfico tanto nos quadros rurais quanto nos urbanos. Bacabal é centro de abastecimento local. Ipixuna e Pedreiras compartilham também desta função, porém não tiveram aumento tão expressivo porque, sendo Bacabal a principal porta de entrada dos imigrantes oriundos de outras regiões nordestinas, beneficia-se com grande número destes elementos que lá chegando resolvem estabelecer-se. Por tal motivo, Bacabal tem 80% de sua população composta de cearenses e de piauienses.

No Ceará verificou-se crescimento superior a 5% nas zonas serranas de Meruoca, Uruburetama e Baturité, bem como em alguns municípios de sudoeste de Sertão do Salgado e do Jaguaribe.

Sendo sobejamente conhecidas as condições destas serras, pouco se precisará dizer a respeito do aumento demográfico nelas verificado. A maior pluviosidade permitiu o desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente, o adensamento populacional responsável pelas referidas taxas de crescimento médio anual. As vias de comunicação facilitam o comércio com Fortaleza, ativando as funções de abastecimento e tornando cada vez mais valorizadas estas áreas policultoras.

O outro trecho do Ceará onde ocorreu aumento é o constituído por alguns municípios de sudoeste do Sertão do Salgado e do Jaguaribe (Açaré; Quixadá, atual Farias Brito; Cedro e Várzea Alegre) que tiveram entre 1920/1950, taxas superiores a 7%, decrescendo entre 1950 e 1960. A questão é complexa, só estudos longos e acurados a desvendariam. A primeira vista, a explicação parece ligar-se aos fatores básicos dos estudos relacionados à população nordestina: influência do relêvo (a zona é mais elevada e chuvosa); do solo (terrenos mais férteis condicionando maior atividade agrícola), de estradas, ora favorecendo o desenvolvimento, ora a emigração. O contacto com a zona do Cariri, famosa por sua fertilidade e densidade populacional talvez provocasse a expansão para estes municípios também com boas condições e menos aproveitados, sem problemas de propriedades e outros mais; depois, as novas rodovias ligando a região às capitais estaduais, representariam caminho para o êxodo da população desta área e da zona do Cariri, onde há sinais evidentes de emigração.

⁵ IBGE — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. III — Rio de Janeiro, 1957 — p. 421.

A oeste desta área, já na zona do Sertão do Sudoeste, encontra-se o município de Saboeiro que apresentou, no primeiro período considerado, o mais alto índice de crescimento do estado. Inclui-se entre os casos de difícil explicação. A mineração, primeiramente, e a construção da rodovia BR-24 podem ser responsáveis pelo afluxo de população para Saboeiro; a divisão territorial esclareceria o decréscimo no último decênio, quando este município perdeu o distrito de Aiuba que se emancipou.

As últimas zonas dignas de referência acham-se no estado da Bahia. São: a área criatória do planalto sul baiano e municípios da zona do extremo sul.

A primeira estende-se até o vale do rio de Contas, ao norte, e ultrapassa os limites do estado, ao sul; enquadra-se entre as principais regiões de pecuária do país. Sua importância repousou, inicialmente, na existência dos mercados consumidores da próspera região cacauera e, após a construção de rodovias, na função de abastecedora da cidade de Salvador. O consumo cada vez maior de carne pelas populações urbanas em aumento constante e o preço sempre mais elevado do gado no mercado interno contribuíram para o grande crescimento desta região criadora que atrai população, funcionando como zona pioneira. A criação difere dos moldes usualmente praticados em outras zonas de pecuária do Nordeste porque, ao contrário destas, de forma extensiva, faz-se em grandes propriedades e tem o gado bovino como produto comercial.

Na segunda, os municípios de Alcobaca e de Pôrto Seguro alcançam taxas máximas de crescimento. Trata-se da área de avanço da importante cultura cacauera, atividade certamente responsável pelo crescimento verificado.

* * *

Na impossibilidade de obter elementos precisos para a interpretação do cartograma do crescimento médio anual da população do Nordeste, as explicações dadas não passam de tentativas de elucidação das causas do crescimento inferior ou superior ao natural da região.

A única conclusão irrefutável a que se chega é a da presença de duas áreas distintas, a urbana (capitais, subúrbios e áreas agro-industriais vizinhas) e a rural, de largos horizontes em vista da pouca importância da rede de cidades da maior parte da região. Nestes "mundos" diferentes há equilíbrio perfeito quanto à natalidade e as migrações: no primeiro, a natalidade menor é compensada pela imigração, enquanto no segundo, a emigração é contrabalançada pela alta taxa de nascimentos.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, IRNACK CARVALHO DO — *Comércio de quartzo no Brasil* — Ministério da Agricultura, DNPM, Avulso 77 — Rio de Janeiro, 1949.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. — *Efeitos da seca sobre a economia agropecuária do Nordeste* — 1958.
- BARRETO, CASTRO — "Considerações sobre o êxodo rural" — *Boletim Geográfico*, ano IV, n.º 45, pp. 1127/1135, Rio de Janeiro, 1946.
- BARROS, SOUZA — *Êxodo e Fixação* — Serviço de Informação Agrícola — Série Estudos Brasileiros n.º 5 — 206 pp. Rio de Janeiro, 1953.
- *O Nordeste* — Ministério da Viação e Obras Públicas — Serviço de Documentação — Coleção Mauá, 120 pp. Rio de Janeiro, 1957.
- BORGES, THOMAZ P. ACCIOLY — *Expansão do Mercado Regional* — Comissão B-2 — Seminário para o desenvolvimento do Nordeste (26 de abril a 3 de maio de 1959) — Garanhuns, Pernambuco — Confederação Nacional da Indústria — Divisão de Estudos e Planejamentos — SESI — DN.
- BOTELHO, CARLOS DE CASTRO — "Aspectos geográficos da zona cacauera da Bahia" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVI, n.º 2, pp. 161/208. Rio de Janeiro, 1954.

- CAMARGO, JOSÉ FRANCISCO DE — *Êxodo Rural no Brasil* — Ed. Conquista, 253 pp. Rio de Janeiro, 1960.
- CARVALHO, ALCEU VICENTE W. DE — *A População Brasileira* — Conselho Nacional de Estatística — IBGE — 148 pp. Rio de Janeiro, 1960.
- COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO — *A valorização do Vale do São Francisco* (Relatório da Missão Francesa) — Rio de Janeiro, 1957.
— *O Médio São Francisco* (Relatório Final do levantamento geo-econômico) Rio de Janeiro, 1957.
- CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — *Divisão Regional do Brasil (Nordeste)* — 116 pp. Rio de Janeiro, 1950.
- CORMIER, MR. — *Relatório sobre a população e mão-de-obra no Nordeste* — Seminário para o desenvolvimento do Nordeste (26 de abril a 3 de maio de 1959) — Garanhuns, Pernambuco — Confederação Nacional da Indústria — Divisão de Estudos e Planejamentos — SESI — DN.
- CRUZ, RUTH BOUCHARD LOPES DA — *Comentário do mapa de distribuição da população no estado da Bahia em 1940* — Inédito.
- CURTIS, MARIA LUÍSA LOPES DE — "Distribuição da População no Estado do Ceará em 1950" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n.º 3, julho/setembro de 1955, pp. 347/360, Rio de Janeiro.
- DIÉGUES JÚNIOR, MANUEL — *O Banguê nas Alagoas* — Instituto do Açúcar e do Alcool, 288 pp. Rio de Janeiro, 1949.
- DOMINGUES, ALFREDO JOSÉ PÔRTO — KELLER, ELZA COELHO DE SOUZA — Bahia — Guia de excursão n.º 6 do XVIII Congresso Internacional de Geografia, UGI, CNG, 310 pp. Rio de Janeiro, 1958.
- EGLER, WALTER ALBERTO — "Aspectos geográficos da cultura do cacau na Bahia" — *Boletim Carioca de Geografia*, ano VI, ns. 1 e 2, pp. 25/32. Rio de Janeiro, 1953.
— "Aspectos gerais da cultura de fumo na região do Recôncavo na Bahia" — *Boletim Geográfico* n.º 111, pp. 679/688. Rio de Janeiro, 1952.
- EGLER, EUGÊNIA GONÇALVES — "Crescimento da população do estado do Piauí (Comparação entre os recenseamentos de 1920 e 1940)" — Inédito.
- EGLER, EUGÊNIA GONÇALVES — "Distribuição da População no Estado do Maranhão — em 1940" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIII, n.º 1, janeiro/março de 1951, pp. 71/81. Rio de Janeiro.
- FACULDADE DE FILOSOFIA DE PERNAMBUCO — *Aspectos da Geografia Agrária do Brejo Paraibano* — Universidade de Recife, Seção E, Geografia e História, 2-40 pp. Recife, 1953.
- GOMES, PIMENTEL — "O Nordeste no Brasil" — *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 21, pp. 1340/1341. Rio de Janeiro, 1944.
- GUERRA, IGNEZ A. LEAL TEIXEIRA — "O cacau na Bahia" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIV, n.º 1 — Rio de Janeiro, 1952.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, volume XVI. Rio de Janeiro, 1959.
— *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, volume III. Rio de Janeiro, 1957.
— *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, volume IV. Rio de Janeiro, 1958.
— *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, volume XV. Rio de Janeiro, 1959.
— *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, volume V. Rio de Janeiro, 1960.
— *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, volume IX. Rio de Janeiro, 1960.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Estudos Demográficos do Laboratório de Estatística.
— *Contribuição para o estudo da demografia do Nordeste* — 69 pp. Rio de Janeiro, 1955.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — *Atlas do Brasil* (Geral e Regional) — 705 pp. Rio de Janeiro, 1959.
- LASSERE, GUY — "Um drama da economia tropical — O Nordeste Brasileiro" — *Boletim Geográfico*. ano VI, n.º 66, pp. 582/597, Rio de Janeiro, 1948.
- LESSA, MARIA LUÍZA DA SILVA — *Distribuição da População no estado do Rio Grande do Norte em 1940* Inédito.
— "Crescimento da População do Estado do Rio Grande do Norte" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XV, n.º 2, abril-junho de 1953, pp. 312/317. Rio de Janeiro.
- MARIZ, CELSO — *Evolução econômica da Paraíba* — Editôra União — João Pessoa, 1939.

- MONBEIG, PIERRE — *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira* — Difusão Européia do Livro — 236 pp. São Paulo, 1957.
- “Os problemas geográficos do cacau no sul do estado da Bahia”. *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 24, pp. 1 878/1883. Rio de Janeiro, 1945.
- PETRONE, PASQUALE — “Contribuição ao estudo da região do Cariri, no Ceará” — *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 19, março de 1955. São Paulo.
- SANTOS, LINDALVO BEZERRA DOS — “Considerações sôbre alguns problemas do Nordeste” — *Boletim Carioca de Geografia*, ano 5, ns. 3/4, 1952. Rio de Janeiro.
- SANTOS, MILTON — *Zona do cacau — Introdução ao Estudo Geográfico* — 2.ª edição — Brasiliense, vol. 296, série 5.ª — Biblioteca Pedagógica Brasileira — 110 pp. Rio de Janeiro, 1957.
- SAUVY, ALFRED — *Théorie générale de la population* — vol. I — Économie et population — Presses Universitaires de France — 370 pp. — Paris, 1956.
- SMITH, T. LYNN — *Introdução à análise das populações* — Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil — 100 pp. Rio de Janeiro, 1950.
- “Notas sôbre a população e a organização social na porção central do vale do São Francisco” — *Boletim Geográfico*, ano VI, n.º 61, pp. 45/49. Rio de Janeiro, 1948.
- STRAUCH, NEY — “Contribuição ao estudo das feiras de gado” — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIV, n.º 1, pp. 101/110 — Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1952.
- “Distribuição da população rural de uma parte do sertão nordestino” — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIII, n.º 3, pp. 480/489, Rio de Janeiro, 1951.
- VALVERDE, ORLANDO — “O Sertão e as Serras — O Centro-Norte do Ceará” — Estudos Geográficos para localização de uma Missão Rural — *Boletim Carioca de Geografia*, ano 5, ns. 3-4, 1952. Rio de Janeiro.
- “Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte” — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIX, n.º 4, outubro-dezembro de 1957, pp. 381-413. Rio de Janeiro.
- ZARUR, JORGE — *A Bacia do Médio São Francisco* — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — 187 pp. Rio de Janeiro, 1946.